

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de maio de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 16h03, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente.

Não há Pequeno Expediente.

Grande Expediente. (Pausa)

Não há orador no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

O horário do PSD já foi utilizado.

Com a palavra o líder da Minoria, deputado Alan Sanches, para indicar os oradores pelo tempo 11 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, eu tinha dividido o tempo com o deputado Zé Raimundo Fontes.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpe-me, deputado Alan Sanches.

Realmente, o deputado Robinson tem razão.

Por 5 minutos, falará o deputado Robinson que dividiu o tempo com o deputado Zé Raimundo Fontes.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, só para ajudar na organização.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Nós finalizamos aquela sessão e abrimos a segunda. Esta sessão tem de retornar por acordo. Temos de queimar os tempos anteriores. Os tempos anteriores não foram queimados.

A gente está em que tempo agora?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Só foi o primeiro tempo. Depois do Grande Expediente, só foi o primeiro tempo do PSD, que o líder Rosemberg Pinto pediu para dividir entre os deputados Zé Raimundo e Robinson.

O Sr. Alan Sanches: De acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, subo na tribuna desta Casa, hoje, para fazer um apelo, em nome dos moradores do distrito de Capão, no município de Palmeiras, a fim de a prefeitura municipal preste uma melhor assistência de saúde à comunidade.

Lá, moram cerca de 3 mil pessoas, fora ser um dos destinos turísticos mais procurados da Bahia e do Brasil. E, lá, uma Unidade Básica de Saúde tem médicos, apenas, duas vezes por semana, causando uma fila imensa, represando o atendimento e deixando muitas pessoas sem o atendimento de saúde.

Por isso, eu faço um apelo à prefeitura municipal e ao prefeito para regularizar o atendimento nesse distrito, a fim de colocar médico todos os dias, porque, lá, há uma população grande que está sofrendo muito e pediu ao nosso mandato para fazer esta reivindicação, melhor, esta cobrança pública com o intuito de melhorar a saúde no distrito de Capão, município de Palmeiras.

Mas, Sr. Presidente, eu, também, quero destacar a performance do governo Jerônimo Rodrigues, neste primeiro trimestre, nas suas finanças. Prestem atenção, Sr.^{as} e Srs. Deputados: o governador Jerônimo Rodrigues já investiu, neste primeiro trimestre, R\$ 2,3 bilhões, repito, R\$ 2,3 bilhões. Para vocês terem uma ideia, durante o ano passado todo, foram investidos R\$ 4,5 bilhões. E, em apenas 3 meses deste ano de 2023, o governador Jerônimo Rodrigues investiu essa soma importante. Metade desse investimento foi para as áreas de saúde, segurança e educação.

A Bahia toda acompanha, aí, os investimentos com novas escolas de tempo integral sendo inauguradas, com as unidades de saúde sendo entregues, com a criação e a ampliação de delegacias e unidades da Polícia Militar.

Então eu quero parabenizar o governador Jerônimo Rodrigues, em especial, a sua secretaria de finanças, por ter conseguido, na Secretaria da Fazenda, aumentar a arrecadação, com eficiência do gasto público, com o aumento, também, da ação na coleta dos tributos. E o governador pode estar melhorando os serviços públicos para a população.

Quero, também, Sr. Presidente, destacar que eu fiz uma emenda para que o Hospital Regional de Itaberaba seja nominado como Hospital Regional do Território Piemonte do Paraguaçu. E faço isso, Sr. Presidente, porque eu creio que uma unidade regional de saúde deve incorporar, no seu próprio nome, a representação global dos municípios que fazem parte desse território.

Assim, em Seabra, a unidade se chama Hospital Regional da Chapada. Lá, em Itaberaba, a minha indicação – que eu espero ser acolhida pelo governador Jerônimo Rodrigues – é a de que esse hospital importante, prestes a ser inaugurado, que vai melhorar a prestação do serviço de saúde naquela região, passe a se chamar Hospital Regional Território Piemonte do Paraguaçu.

Sr. Presidente, também, eu tenho de mandar um abraço e uma saudação carinhosa aos agentes comunitários da minha querida Santo Antônio de Jesus que comemorou, no último domingo, 25 anos do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), implantado no município.

Como nós sabemos, esses profissionais são fundamentais, junto com os agentes de endemias, para cuidar da atenção básica de saúde, para ampliar a segurança na área da proteção da saúde para todas as pessoas que são visitadas regularmente, que são atendidas nos postos de saúde pelas equipes da Unidade de Saúde da Família.

Parabéns aos agentes comunitários de Santo Antônio!

Desejo uma vida longa ao programa na cidade!

Sr. Presidente, eu, também, quero destacar que, na última sexta-feira, a Bahia recebeu as visitas de dois ministros importantes: a ministra da Saúde e o ministro da Educação. A ministra da Saúde esteve aqui para liberar investimentos para a cidade, investimentos para as regiões, investimentos para o estado, porque, pasmem, o governo federal, anteriormente, não participava do rateio para custear o funcionamento das policlínicas. E, agora, o governo federal é sócio, parceiro do governo estadual, das prefeituras, para financiar os serviços prestados nas policlínicas. Então eu quero parabenizar o presidente Lula por ter esta atitude de fortalecer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a saúde pública na Bahia.

E quero parabenizar, também, o ministro Camilo Santana que, ao lado do ministro Rui Costa, esteve em Lauro de Freitas para entregar, ao lado do governador Jerônimo Rodrigues, mais uma escola de tempo integral, uma escola de grande porte, com quadra, auditório, salas, laboratório; e anunciou a retomada das obras da universidade, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab, no município de São Francisco do Conde, que estava com as obras paralisadas.

Parabéns ao presidente Lula por estar cuidando da saúde, da educação do povo baiano e do povo brasileiro.

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Robinson Almeida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Lembrando que eu solicito aos nossos amigos, aos nossos técnicos da Taquigrafia que corrijam... Na verdade, estamos numa sessão extraordinária. Não é isso, Carlinhos? Sessão extraordinária.

Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: A Bancada da Oposição está disposta a partir para a votação. Por isso, eu gostaria de fazer uma solicitação, pela minha questão de ordem, de verificação de quórum nominal e de abertura do tempo de 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, a Bancada do Governo também quer votar.

Os projetos que nós vamos votar hoje não são projetos conflitantes, são projetos que melhoram a estrutura do estado. Nós estamos ampliando a estrutura de cargos da Secretaria da Segurança Pública. Eu vejo, aqui, deputados falarem da segurança pública. Nós estamos propondo uma nova estrutura para segurança pública. E me parece que há uma reatividade daqueles que questionam a segurança pública. Ou seja, não tem projetos conflitantes.

Mas se o deputado Alan topa votar por acordo, a gente vota, agora, todos os projetos.

Bem, se ele pedir quórum de votação, eu preciso ter, no Plenário, agora, 32 deputados presentes. Quanto ao horário que, normalmente, a gente vota aqui, esse é em torno de 16h30min ou 16h40min. E eu tenho, ainda, os horários partidários que os deputados querem.

Nesse sentido, eu queria que V. Ex.^a marcasse, para atender à questão de ordem dele, os 15 minutos e pedisse a todos os deputados e as deputadas para se fazerem presentes no Plenário, a fim de nós podermos atender a uma verificação de quórum de continuidade da sessão do deputado Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, nobres líderes.

Por favor, eu solicito, à nossa parte técnica, zerar o painel e marcar o tempo de 15 minutos para os deputados comparecerem ao Plenário.

Atenção! Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que estão nos gabinetes, estão no grande salão da nossa Assembleia, que estão nos corredores, por favor,

compareçam ao Plenário, porque há uma questão de ordem para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu queria pedir aos deputados e às deputadas que estão no cafezinho, atendendo nos seus gabinetes, o comparecimento ao Plenário para nós podermos marcar as nossas presenças, atendendo a uma solicitação de verificação de quórum do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há um pedido de questão de ordem feito pelo líder da Minoria e, também, há o encaminhamento do líder da Maioria. Compareçam ao Plenário para registrar as suas presenças, a fim de podermos continuar com a presente sessão extraordinária.

Eu convido o deputado Alan Sanches, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto: Alan Sanches, Alex da Piatã.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Chamo os seguintes deputados: Alex da Piatã, Binho Galinha, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos e Jordavio Ramos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Já deu quórum! Já estão presentes 21 deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já estão 21 deputados presentes.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) sem o deputado Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Retomando, portanto, o horário partidário, concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Alguém quer falar?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há orador.

O Sr. Rosemberg Pinto: Há orador. O deputado que vos fala usará todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto para falar pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidoras, servidores, imprensa, visitantes nas Galerias Paulo Jackson, nós, hoje, estamos apreciando alguns projetos que são de extrema importância para a estrutura do estado da Bahia. Primeiro, há um equívoco com relação à leitura que, às vezes, alguém faz sobre o Planserv.

O Planserv que nós vamos votar hoje, deputada Soane, é um plano de saúde dos servidores do estado que atende aos diversos servidores e servidoras, com a menor participação de um servidor em qualquer plano de saúde de servidores estaduais do Brasil inteiro.

Para além disso, imaginem alguém ganhar líquido a quantia de R\$ 2 mil e pagar, ao plano de saúde, a quantia R\$ 200; se se colocar o primeiro dependente, mais R\$ 100; e para netos, filhos e demais dependentes, a quantia de R\$ 44, cada um.

Deputado Manuel Rocha, este é um plano de saúde que os servidores não podem perder. Este é um plano de saúde que orgulha os baianos e as baianas. Não tem nenhum servidor, principalmente os que ganham um salário menor, que questione este plano de saúde.

Este plano de saúde, há algum tempo, era rejeitado pelas clínicas e rejeitado pelos servidores. Quanto a este plano de saúde atual, todos os dias recebo pedido de algumas pessoas que são proprietárias de clínicas, querendo se credenciar ao Planserv.

Todos os dias é um conjunto de atendimento que o Planserv faz, inclusive, atendendo às demandas que, às vezes, não constam dentro do regramento do seu plano de saúde, mas, para atender, às vezes, a uma demanda, até, judicial, aquele beneficiário desse plano.

Então, às vezes, apenas, por um debate da política que nos divide, a gente cria uma situação que, ao invés de ajudar as pessoas, prejudica as pessoas. Não aprovar o projeto que nós estamos debatendo, hoje, não pense que está ajudando os servidores do estado, mas, sim, está causando um prejuízo para os servidores do estado, porque os servidores podem ter o seu plano questionado.

Há um desequilíbrio sobre essa questão. Nós precisamos equilibrar o plano para ele poder dar um atendimento digno a essas pessoas. Me diga, repito, me diga, qualquer pessoa, deputada Soane, onde tem um plano de saúde que um filho de um dependente paga R\$ 44 mensais e é atendido em hospitais dos melhores que nós temos no estado da Bahia, na cidade de Salvador?

O plano atende nas principais clínicas das cidades como Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista. Logicamente, nós temos uma carência nas pequenas cidades. Mas, nas grandes cidades, é, realmente, algo inimaginável como este plano de saúde é importante para a população. E o estado amplia a sua participação de 2% para 2,5%, uma vez que é um plano de coparticipação.

Além disso, presidente, hoje, eu quero pedir, aos deputados e às deputadas, a votação, em caráter de urgência, dos projetos de reestruturação da Polícia Civil e da Polícia Militar, porque, aqui, se faz, às vezes, um questionamento muito grande com relação à segurança pública do nosso estado. No momento em que os projetos estão tramitando nesta Casa, para melhorar a estrutura da segurança pública, para que a gente possa enfrentar a violência nas ruas, aí, às vezes, é questionado.

Nós estamos criando uma estrutura, porque nós estamos transformando a Ronda Maria da Penha numa companhia. Logo, essa companhia precisa de uma estrutura. Não pode ser, apenas, uma fala, uma palavra, tem de ter uma estrutura para atender a essa questão da violência contra as mulheres. É preciso ter uma estruturação nas delegacias que a gente quer. No entanto, se questiona a falta dessa mesma estrutura no estado da Bahia.

Então, eu quero fazer, deputado Alan, um apelo.

Eu acho que a gente deveria questionar quando a gente está diminuindo cargos na estrutura do estado. Mas quando vem um projeto para ampliar a estrutura de cargos no estado, eu não entendo por que há uma contradição em votar um projeto como esse. Ninguém está propondo melhorar a estrutura da segurança pública para atender aos seus amigos ou aos seus familiares. Mas a proposta é a de melhorar a estrutura

para poder dotar de uma capacidade de atendimento que a população clama todos os dias, em razão da violência que assola o nosso país.

E, na Bahia, a gente tem avançado nesta estruturação. O secretário da Segurança Pública tem criado as condições necessárias para nós podermos enfrentar, *tête-à-tête*, uma estrutura de crime organizado no país inteiro. E isso não é diferente na Bahia.

Nós não podemos ficar omissos na Assembleia Legislativa, achando que nós vamos fazer com uma estrutura atrasada e conservadora. Nós precisamos modernizar a nossa estrutura. Hoje, quem conhece a área da inteligência da Secretaria da Segurança Pública pode perceber o quanto nós avançamos do ponto de vista da agilidade no reconhecimento facial das pessoas criminosas que andam pelas ruas. E nós estamos atuando diariamente. Mas é preciso ter a participação de todos nós. Isso não pode ser uma política, apenas, da base dos deputados do governo. Tem que ser da Assembleia Legislativa como um todo.

Por isso, deputado Alan, eu peço o consenso para a votação desses projetos para os quais eu estou propondo duas urgências. Espero que a gente possa votar para atender à demanda da segurança pública, ao invés de a gente ficar patinando e questionando algo que nós não estamos ajudando, na Assembleia Legislativa, a resolver.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero encerrar parabenizando a sensibilidade dos deputados. Por isso, eu peço, ao deputado Alan, essa sensibilidade, como teve no projeto da Polícia Penal, como teve nessa questão do debate que nós vamos fazer em relação aos agentes da Polícia Civil, como os escrivães.

Vejam, quando um delegado se desloca para uma outra cidade, o delegado é premiado. Mas aqueles que o acompanham, como os escrivães e os agentes policiais, não recebem gratificação por isso. Em função dessa desproporção, nós estamos tramitando um projeto de lei que eu espero que se transforme em lei rapidamente e tire esse desequilíbrio, a fim de estimular essas pessoas a acompanhar os delegados para outras cidades e, também, receber a gratificação.

Nesse sentido, deputados Alan, Roberto Carlos e Pablo, deputada Soane, eu peço, a todas e a todos, que venham para este Plenário, neste momento, a fim de nós podermos iniciar a votação dos projetos que estão tramitando e das suas urgências.

Vamos votar a favor desses dois projetos que mudam, consideravelmente, a estrutura da segurança pública do estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falarão, por 5 minutos cada, os deputados Alan Sanches e Leandro de Jesus.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Com a palavra o nobre deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos, depois, o deputado Leandro, por 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, presidente.

Na verdade, depois de tantas solicitações do deputado Rosemberg, volto à tribuna para, neste momento, não poder compartilhar com ele a certeza do que ele falou sobre o projeto do Planserv.

Eu já venho falando e vou falar mais uma vez. Quando ele diz que o governo do estado está aumentando a sua contribuição de 2% para 2,5%, ele se esquece de falar que a contribuição era de 4%. O ex-governador Rui diminuiu essa contribuição para 2%. Por isso, o Planserv passou por tantas dificuldades e, hoje, tem um rombo de R\$ 300 milhões/ano, sendo R\$ 25 milhões/mês, dito, nesta tribuna, pelo próprio deputado Rosemberg.

Esse rombo existe porque, orçamentariamente, o ex-governador tirou ou diminuiu de 4% da contribuição, digamos, assim, patronal, do governo do estado, para 2%! Ele viu a bobagem que tinha feito e o governador Jerônimo, agora, sobe 0,5%, aumentando de 2% para 2,5%. Mas, na verdade, ainda está muito longe dos 4% que tinha, ainda, no governo Wagner, e que o ex-governador Rui abaixou.

Falando nisso, quando a gente está aqui para defender o Planserv, eu acho que é um plano sadio, eu acho que é um plano que precisa evoluir. Eu só não acho que quem tem de pagar essa conta seja o servidor. É isso que eu defendo. Defendo que o mesmo seja subsidiado, que o mesmo seja como se fosse uma gratificação do governo do estado para o servidor.

Não tem sentido quando você quer, cada vez, dar mais qualidade, você aumentar. Você se esquece de chamar o servidor à mesa de negociação para conversar. Poderia dizer o seguinte: “Olha, vocês todos têm interesse em que a gente melhore isso ou aquilo. Mas, para isso, vocês terão de contribuir a mais em torno de 4% a 8 %, a depender do seu salário. É isso o que a gente coloca.” Se é que eles colocam isso à mesa.

Ninguém nunca vai estar contra o plano de saúde do servidor. Nós queremos melhorar o plano. Agora, a gente não quer colocar essa conta no colo do servidor. Isso não existe. É isso o que o deputado Rosemberg tenta, porque é muito hábil com as palavras, pois ele tem o conhecimento vasto do governo. Então, de alguma forma, ele tenta trazer essa verdade, que não é a verdade absoluta, é uma mentira!

O governo do estado deu 4% no reajuste linear e abocanha entre 4% e 8% da contribuição do servidor. Então, o reajuste nem chega aos 4% que alardeou aí, pois o reajuste chega a 3,8% ou 3,9% de aumento linear para o servidor.

Falando sobre o Planserv, nós tivemos o bom senso, pois ajudamos e colaboramos com o governo do estado na votação da dispensa de formalidade de vários projetos. O que a Bancada da Oposição não fará, de forma nenhuma, é fazer o trabalho do governo!

Nós não vamos votar com o Governo, porque nós entendemos que não é a melhor forma. E o que nós, apesar de darmos a dispensa de formalidades, apenas, para

acelerar o rito, para que seja votado, nós não vamos dar quórum para o Governo. O Governo tem de botar sua bancada de 43 deputados para votar. Se ele não está conseguindo trazer os seus 43 deputados da sua bancada para votar, aí, eu vou dizer: tem alguma coisa aí. Quando você vê jabuti em cima de árvore, você diz: foi enchente ou mão de gente! Tem coisa aí! Tem insatisfação de deputado, presidente, tem... Eu tenho horário, o senhor está nervoso, presidente? Está ansioso? Calma! Obrigado. É porque eu vi a mãozinha rápida, assim... (Risos) Então eu falando dessa forma, eu digo que os deputados têm de se fazer presentes. Nós já queríamos estar em regime de votação há mais de 1 hora, mas o Governo não conseguiu colocar sua bancada aqui.

Agora, cabe a mim apenas questionar que, quando o deputado da Base do Governo não comparece aqui e não está viajando, e não teve dor de barriga, e...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não tem dor de dente, e nem está com atestado médico, o que ele tem é insatisfação! Aí, o seu governo tem de chegar, sentar e discutir: por que minha bancada não está comparecendo? Qual é o tipo de insatisfação?

Então fica aí, na cabeça de cada um de vocês que nos acompanham, que existe uma insatisfação entre os 43, porque, se não tivesse uma insatisfação, nós teríamos aqui essa bancada repleta de deputados do Governo.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre líder. Tranquilo, viu, líder Alan Sanches? Tranquilo, viu?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu passo a palavra ao nobre deputado Leandro de Jesus pelo tempo restante de 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos que se encontram nesta sessão; cumprimento o presidente e os nobres colegas, Ex.^{mos} Deputados. Bem, este governo Jerônimo, bem como os seus representantes – falando aqui especialmente do líder –, é o que a gente pode chamar, como comumente foi construído, de governo negacionista. É o verdadeiro negacionismo que a gente vê, aqui na Bahia, por parte do PT, por parte de Jerônimo.

Porque, vejam que interessante, nós tivemos um dado apresentado pelo IBGE... Olha, gente, estou falando de ciência, viu? Para vocês que gostam de ciência. O IBGE, obviamente, utiliza um método científico para fazer pesquisa e apresentar as informações e resultados.

O IBGE divulgou que, pela quinta vez consecutiva, a Bahia está no topo do desemprego, a Bahia está no topo daqueles que perderam a esperança de encontrar emprego. Quinta vez consecutiva! E o que é que Jerônimo faz? Ele vai lá e diz: “Não, isso não é verdade”. Negacionista! Negando a ciência. Ele diz: “Não, é porque está considerando apenas Salvador e Região Metropolitana”. Oxe! E Salvador e Região Metropolitana não estão na Bahia? Fica aqui o questionamento para o Jerônimo, que, mais uma vez, nega – negacionista! – os problemas da Bahia.

De igual forma, é quando se trata da questão da violência. Nós sabemos que a Bahia está dominada pelo crime, infelizmente! Não é o que a gente quer, mas é um dado triste, que foi promovido e fomentado ao longo desses anos e desse desgoverno que já vem há cinco mandatos consecutivos.

Mas, quando se apresentam dados da violência, mais uma vez, o que é que acontece? O Jerônimo, que também participou do governo anterior e hoje ocupa a cadeira de governador, ele nega. Negacionista! E, inclusive, coloca a culpa na grande mídia baiana, dizendo que a grande mídia exagera nas informações sobre a violência na Bahia. Negacionista!

E aí, agora, nós estamos aqui diante do negacionismo do líder do Governo, que diz que não há problema no Planserv, que o Planserv é um sonho, porque aqueles que menos ganham podem pagar o Planserv. Eu vou falar o seguinte, para começar. Se houvesse uma preocupação, inclusive, com aqueles que menos ganham entre os servidores públicos, se houvesse, de verdade, teriam sido aprovados 4% de reajuste, na semana passada? Fica aqui uma pergunta e, como eu fiz na semana passada, eu abro até espaço do meu tempo para que alguém possa responder. Alguém vai querer? (Silêncio)

Assim como na semana passada, ninguém vai querer esclarecer isso. Se houvesse uma preocupação com quem menos ganha entre os servidores públicos, não haveria aquele reajuste fajuto da semana passada, ele não seria aprovado. Uma vergonha! E essa vergonha continua, porque, para além desse absurdo, estamos aqui ouvindo o negacionismo. Porque o que nós mais ouvimos daqueles que utilizam o Planserv é reclamação de que não funciona; não consegue agendar; não consegue atendimento.

O pessoal, o povo do interior, o servidor do interior é o que mais reclama também. Ou seja, o governo do PT conseguiu destruir o Planserv e agora, sob o pretexto fajuto – mais uma mentira – de melhorar o Planserv, que eles destruíram, agora quer aprovar e colocar na conta de quem mais sofre, na conta dos servidores, essa fórmula mágica que eles dizem que encontraram...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para melhorar o serviço. Então esse é o governo, como eu disse, negacionista. Porque os problemas são variados, o caos está instalado, mas eles, constantemente, negam.

É preciso, líder Rosenberg, olhar os problemas, realmente, saber encará-los e ter, pelo menos, a dignidade de convocar esses servidores para uma mesa de negociação. E não empurrar como se vem empurrando, de maneira quase ditatorial, esses projetos aqui dentro da Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder...

O Sr. Vitor Bonfim: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Luciano Araújo (fora do microfone): Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há orador.

O Sr. Alan Sanches: Diego, por 2 minutos e meio.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Eu só estou aqui repercutindo o que o nobre líder, o líder Luciano, pronunciou. Só repercutindo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pelo tempo de até quanto?

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Por 2 minutos e meio.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por 5 minutos. São 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos aqui nesta Casa.

Sendo bem breve, eu venho aqui concordar com a posição do colega Leandro de Jesus e de todos os colegas da Oposição. Mais uma vez, outro pacote de maldade contra o funcionalismo da Bahia. Esse novo pacote, relacionado ao desconto do Planserv, é uma vergonha, não tem outro nome para dizer. Aliás, esse é o primeiro dos piores nomes a serem elencados, “vergonha” é o primeiro da lista, para não dizer coisa pior e afetar o decoro, não é? Já que tem gente doida para isso.

Nesse caso, presidente – e é o estudo do próprio governo –, servidores que ganham até R\$ 10 mil, que são a grande maioria, correspondem a 85%, vão ter majorados mais 4% de desconto, ou seja, se for por esse estudo aqui, são quase 426 mil servidores no estado da Bahia. Além disso, há os demais, que terão majoração em 8%. De um lado, castiga-se com um aumento pífio – que a gente não pode nem chamar de aumento, pode chamar de um burro puxando uma carroça sem roda, se há uma conjectura a fazer com essa majoração salarial – e, do outro, mais uma coleira no pescoço do servidor. Para mostrar que é o quê? Que é o governo do engano; que é o governo que pisa no servidor; que é o governo que maltrata o funcionalismo; que é o governo que não está nem aí para quem faz a máquina girar, para quem faz a máquina funcionar.

Então, mais uma vez, quero chamar a atenção dos servidores públicos. Vocês que ainda votam no PT e na esquerda, abram o olho! Não vamos continuar repetindo o erro! 2024 vem aí, 2026 também, não se submetam a esses papéis de trouxa! Curem-se da síndrome de Estocolmo! Eu não estou falando, claro, com todos, mas com aqueles que sabem a quem estou direcionando a palavra.

O que é a síndrome de Estocolmo? É quando o sequestrado se apaixona pelo sequestrador. Não sejam masoquistas! Porque é isto que eles têm para apresentar a vocês: só maldade, só pedrada, só pisoteamento, só falta de respeito! Não é isso que nós queremos para vocês e aqui está o repúdio a esse projeto... Eu podia dizer uma palavra aqui... Mas esse projeto sem-vergonha, essa proposta aqui, mais uma vez, imoral! Essa proposta que, repito, massacra o funcionalismo.

Então, presidente, se o governo tiver sensibilidade, mais uma vez, eu apelo para que retire essa proposta de pauta e apresente um projeto condizente para não massacrar ainda mais os servidores, como vêm sendo massacrados.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Dr. Diego.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, ouvindo aqui, atentamente, o deputado Rosenberg, ele me falou que, às 16h40min, era o horário de iniciarmos a votação. São 16h40min. Eu solicito, mais uma vez, a verificação de quórum, porque já passamos de 30 minutos desde a minha última verificação.

O Sr. Rosenberg Pinto: Não...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado. Deputado Rosenberg.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria que abrissem os 15 minutos e que fosse feita a verificação de quórum nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pronto, é isso...

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a todos os deputados e deputadas que viessem a este Plenário, para atender a uma verificação de quórum do deputado Alan Sanches para continuidade da sessão.

Por isso, presidente, eu queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos e zerasse o painel, e que a gente pudesse aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Tudo bem. Solicito que zere o painel e marque o tempo de 15 minutos, tempo necessário para os deputados e deputadas assinalarem a sua presença.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu vou usar o tempo até que se restabeleça o quórum.

Veja bem, Sr. Presidente, eu chamo a atenção, mais uma vez, para a dificuldade, hoje, numa terça-feira que não é feriado, de o Governo conseguir botar os seus deputados aqui. Desde às 15h30min que nós estamos aqui, querendo e com disposição para votar. São 16h41min, e a Base do Governo não consegue colocar os seus deputados aqui, os seus 32 deputados, para fazer essa votação.

Eu só posso pensar e acreditar que existe uma grande insatisfação, além de todo o bastidor que a gente tem escutado, uma grande insatisfação dos deputados com o governo do estado. Porque, se não fosse isso, nós já teríamos aqui os 43 deputados e deputadas.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, já deu o quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Na realidade, não é nada disso, não, deputado Alan. É porque os deputados da Base do Governo querem se pronunciar, e eu não estou aqui para cassar a voz de ninguém. Por isso que eles falaram, com toda a minha boa vontade, e, como já não há mais orador inscrito, podemos ir para a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Concedo a palavra...

Já temos quórum. Retornando a sessão. Já há quórum suficiente para a continuidade da sessão.

Concedo a palavra...

O Sr. Alan Sanches: A mim, o senhor já deu a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB para falar ou indicar o orador...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não há orador, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

Em votação o projeto...

O Sr. Alan Sanches: Ele falou em votação. Aí, para a continuidade da votação, há a verificação do quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Ele tem de ler o projeto primeiro.

O Sr. Alan Sanches: Ele falou a palavra "votação".

O Sr. Rosemberg Pinto: Ele tem de ler primeiro o projeto.

O Sr. Alan Sanches: Para a gente votar, eu preciso ter quórum de votação. São 32, comigo, ou seja, 31 mais 1.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas V. Ex.^a havia solicitado verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Porque nós estávamos na sessão. Nós acabamos o Horário das Representações Partidárias e entramos, agora, como V. Ex.^a falou, em votação. Para ser colocado em votação, precisa-se de 32 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a está solicitando quórum de votação.

O Sr. Alan Sanches: De votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas, presidente, ele só pode pedir quórum de votação depois de ler o projeto e quando estiver na hora da votação. Nem leu o projeto!

O Sr. Alan Sanches: Veja bem, isso é entendimento.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, rapaz...

O Sr. Alan Sanches: Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O Sr. Rosemberg Pinto: O presidente é regimentalista.

O Sr. Alan Sanches: Presidente Zé Raimundo, veja bem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Para que a gente tenha uma votação, e isso independe do projeto, V. Ex.^a já falou que, para ter votação, eu preciso ter 32 deputados, independentemente do que vai ser votado, se “a”, “b”, “c” ou “d”, não interessa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto. V. Ex.^a tem razão.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a havia solicitado anteriormente verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Caiu.

Entramos agora na Ordem do Dia, para votação. V. Ex.^a solicitou...

O Sr. Alan Sanches: Eu solicitei verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem. Pela ordem!

O Sr. Alan Sanches: Está gastando mais tempo desnecessário.

O Sr. Rosemberg Pinto: Olha bem...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia...

O Sr. Rosemberg Pinto: Ordem do Dia!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão o projeto. Há três oradores...

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas que projeto? É preciso ler o projeto.

O Sr. Alan Sanches: Mas nós estamos em regime de votação?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não!

O Sr. Alan Sanches: Para ter votação... O presidente falou “votação”...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não! Em discussão...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vejam bem. Em votação. Ordem do Dia e, em seguida, votação. Como é que se dá a votação?

O Sr. Alan Sanches: Eu quero a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A discussão do projeto. É discutir o projeto...

O Sr. Alan Sanches: Eu não vou ser chato nem inconveniente com V. Ex.^{as}. Para que haja votação, tem de ter 32 deputados, independentemente do que seja. Eu estou abrindo mão, neste momento, retardando a minha solicitação, para que se faça a leitura, já que é importante...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A gente discute e, na hora em que eu chamar a votação, V. Ex.^a pode pedir o quórum. Já estamos em votação.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, quando V. Ex.^a falou as palavras “em votação”, eu pedi a verificação. Se V. Ex.^a falar “em votação” eu vou pedir. V. Ex.^a falou...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Alan, aí é minudência.

O Sr. Alan Sanches: Mas já que V. Ex.^a deseja, para mim, tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aí é minudência. O projeto agora vai entrar em discussão e, posteriormente, a gente vai votar o projeto.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, então a gente já vai pedir a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Após...

O Sr. Rosemberg Pinto: Tem de ler.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Após o parecer do relator.

O Sr. Alan Sanches: Eu só estou adiantando porque, às vezes, é muito corrido aqui e o presidente pode se atropelar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Projeto de Lei nº 24.874/2023, do Poder Executivo, que (lê) “*altera a Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, na forma que indica, e dá outras providências*”.

Convido, para relatar, o deputado Rosemberg Pinto. Em seguida, nós vamos discutir nas comissões, votar nas comissões e, depois, no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, nobre deputado Rosemberg Pinto, com a palavra.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Por favor, o projeto aqui. Obrigado.

(Lê) “**PARECER**

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Saúde e Saneamento; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.874/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, na forma que indica, e dá outras providências.’

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, ‘tem por objetivo a alteração da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais - PLANSERV, no sentido de alterar os valores de contribuição das tabelas, constantes nos Anexos I, II e III, em razão da aplicação de reajuste linear, bem como promover a readequação do custeio’, segundo registra a Mensagem Governamental que acompanha a proposição, a qual explicita ainda que ‘tal medida se justifica em razão da necessidade de garantir a sustentabilidade do plano a longo prazo na absorção das demandas de incorporação de novas tecnologias, bem como promover o aprimoramento das regras regulatórias da assistência.’

A proposta eleva de 2,0% para 2,5% a contribuição ao Plano prestada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, da Defensoria Pública, das autarquias e fundações instituídas sob o regime jurídico de direito público, e ainda das empresas públicas, sociedades de economia mista do Estado e fundações instituídas pelo Estado com personalidade jurídica de direito privado. Também sofrem alterações as contribuições dos servidores, que receberam reajuste dos vencimentos através da Lei nº 14.563, de 16 de maio de 2023.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Hilton Coelho, propondo a apresentação, pelo PLANSEV, no prazo de 180 dias após a publicação da lei, política de ampliação da sua rede de atendimento no interior do Estado e de incremento da rede de hospitais e clínicas conveniados em Salvador e Região Metropolitana. Além disso, propõe também a emenda que a cobertura do Plano deve garantir o atendimento integral aos beneficiários com deficiência temporal ou crônica, com a cobertura de terapeutas especiais necessários à plena recuperação da saúde. Impõe, ainda, a revogação dos arts. 1º e 2º da Lei nº 12.351, de 08 de setembro de 2011. Opino pela rejeição da emenda, a qual encontra óbice no disposto no inciso VII do art. 77 e no inciso I do art. 78, ambos da Constituição Estadual, que vedam emenda que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado. Ainda, o inciso VII do art. 77 da Constituição Estadual, confere iniciativa privativa do Governador do Estado dispor sobre organização administrativa e serviços públicos que impliquem aumento de despesas.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023”, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões.

O deputado Alan havia pedido verificação de quórum no âmbito das comissões. Agora, portanto, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem. Há uma lista de discussão no âmbito das comissões!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma, calma! Depois. Vamos votar no âmbito das comissões e vamos discutir no Plenário, correto?

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção!

Frequência da Comissão de Constituição e Justiça...

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum na CCJ.

O Sr. Alan Sanches: Já tinha quórum. Eu achei que era a outra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Vamos agora para a Comissão de Saúde e Saneamento.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Saúde e Saneamento.)

Há quórum na Comissão de Saúde e Saneamento.

A próxima é a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum no âmbito das comissões.

Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer do relator permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Registre o meu voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os nossos taquígrafos e taquígrafas, registrem aqui, por favor, os votos contrários.

Agora, no âmbito do Plenário, em discussão o Projeto de Lei nº 24.874/2023. Lista dos inscritos para...

O Sr. Alan Sanches: Já tem gente inscrita, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) discussão.

Para discussão, o deputado Diego Castro pelo tempo regimental. Pela ordem aqui, é Diego Castro que está inscrito.

Desculpem-me, foi mudado aqui para Leandro de Jesus.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para discussão, com a palavra o deputado Leandro de Jesus; depois, Diego Castro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Mais uma vez, cumprimento todos os presentes, os colegas, Ex.^{mos} Deputados, servidores desta Casa, aqueles que estão aí também acompanhando e os jornalistas.

É como vocês estão percebendo, é o contorcionismo que ocorre aqui nesta Casa com a força do governo, a imposição e todo esse malabarismo para prejudicar os que mais precisam, falo especialmente, neste caso, dos servidores, que já, há vários anos, não são poucos... Eu fico imaginando o sofrimento daquele servidor, como dito aqui pelo líder do Governo, Rosenberg, ele citou os servidores que têm os salários mais baixos como se o governo se preocupasse, como se o PT se preocupasse com gente pobre ou com aqueles que não têm uma remuneração tão alta dentro desse quadro dos servidores públicos do estado da Bahia.

E, na realidade, o que nós vemos é uma exploração do nosso povo. E aí, de uma maneira generalizada, seja o servidor público, seja aquele, o povo que precisa de emprego, seja no Sul do estado, no interior, seja na capital, o povo sofre na mão do PT. E olha o quanto estão gastando tempo, gastando energia, exatamente para jogar

na conta do povo, do servidor, neste caso, os problemas e o caos que eles criaram no Planserv. Mas o que é que o PT, o que é que o governo quer fazer com o Planserv? Aliás, o que é que já fizeram e pretendem continuar a fazer?

É só nós observarmos, por exemplo, a fila da regulação. O que eles fizeram com o Planserv é o mesmo que eles fizeram com a saúde no estado. É o mesmo que eles fazem com o povo, de maneira geral, aqueles que... os mais pobres com quem eles dizem se preocupar, que precisam, exatamente, desse atendimento da saúde pública. A maioria morre aguardando na fila da regulação.

Quem acompanha, o meu eleitor principalmente, aquele que confiou o voto em mim, mas quem acompanha ou, se tiver curiosidade, vá lá na minha rede social... Não faz 10 dias, líder Alan, não faz 10 dias, que eu recebi a denúncia de uma apoiadora cujo marido estava há mais de 40 dias, mais de 40 dias aguardando regulação, 40 dias de sofrimento.

Ali, havia já uma indicação de que poderia ser câncer. Eu estive na Sesab, e sabe qual foi a resposta que a gente teve lá? “Não tem o que fazer”; “Não tem estrutura”; “Não tem médico”; “Não tem o que fazer”. A resposta é sempre a mesma. E sabe o que aconteceu agora, há poucos dias? O marido dessa senhora faleceu, perdeu a vida sem ser atendido dignamente.

Obviamente que todos querem preservar a sua vida, mas você não ter a chance de um atendimento digno para, pelo menos, tentar salvar a própria vida, ver o seu ente querido ter dignidade e não ser tratado como um cachorro, como o PT costuma fazer... A forma como o PT, como esse governo trata o povo baiano... trata o povo como cachorro, como barata! “Ah! morreu mais um aí”; “Ah! está na fila da regulação”; “Ah! morreu mais um”. Nem se importam, apenas fingem e fazem propaganda.

Porque, se você andar pela Bahia, está lá o outdoor “Chegou chegando”. Chegou chegando o quê? Nada! Não tem nada senão destruição, senão mentira. Faltam com a verdade todos os dias! Aliás, eu acho que o programa do governo, que a principal política pública do PT na Bahia é mentir. E é uma política pública contínua. Continua porque não importa o nome que se senta na cadeira, seja, lá atrás, o Jaques Wagner, o Rui Costa, e agora o Jerônimo, a política pública é a mesma: mentir, faltar com a verdade, enganar o povo, destruir a Bahia, jogar o povo na fila da morte. Essa é a política pública!

E aí, como eu disse agora há pouco, eles negam as evidências, negam a ciência. Nós tivemos o dado do IBGE, por exemplo, de que a Bahia, de que nós estamos pela quinta, gente, pela quinta vez consecutiva em primeiro lugar no índice de desemprego, de desocupação! E o que é que Jerônimo vai falar? “Não, isso não é verdade. Estão mentindo. É porque é só Salvador e Região Metropolitana”.

Então ele esqueceu de estudar o mapa da Bahia porque Salvador e Região Metropolitana fazem parte da Bahia. Se existe esse dado alarmante há vários anos, no qual as pessoas aqui não têm a possibilidade de olhar para o futuro e ter emprego, oportunidade de emprego, a culpa é do PT, de Jerônimo. Acorda para a vida, governador! Acorda para a vida! “Chegou chegando” para continuar a destruição, é

isso? Porque nós não vemos absolutamente nada acontecer na Bahia senão falácia e propaganda mentirosa! Essa é a realidade.

Eu tenho certeza de que muitos colegas que estão aqui ao lado do governo devem estar muito constrangidos. Muitos deles estão constrangidos, eu sei. Podem até não falar, mas o constrangimento é grande porque este governo é a continuidade da vergonha. O que ele quer fazer, aliás, o que o PT vem fazendo ao longo desses anos com o Planserv é exatamente o tratamento que dá ao povo de um modo geral. Você entra na fila da morte, você vai perder a sua vida e vai perder um parente como uma barata que foi pisada e morta ali, porque é assim que o povo é tratado, de maneira desrespeitosa.

Isso realmente é lamentável. Não é à toa, senhoras e senhores, que nós vimos aqui, na semana passada, o modo como o PT, o modo como o governo tratou os servidores, a vergonha do falso reajuste. Um tratamento desumano, repito, um tratamento desumano com os servidores públicos das mais diversas secretarias.

Eu fico pensando no policial militar, que agora vai sofrer com esse reajuste do Planserv e que foi também maltratado pelo falso reajuste para os servidores, o reajuste linear mentiroso. Eu fico pensando no policial militar, que acorda no dia de serviço para enfrentar a criminalidade, para proteger a sociedade, sendo tão desvalorizado e perseguido por esse governo.

Eu fico pensando também nos enfermeiros, nos técnicos de enfermagem, no pessoal da saúde, o quanto deve ser sofrido estar sob o jugo deste desgoverno que tanto desrespeita o servidor. Eles estão ali, dia a dia, pensando em salvar a vida, esses servidores da saúde e tantos outros que muito sofrem.

O pior de tudo, o maior desrespeito, senhoras e senhores, o maior desrespeito é não ter a capacidade de dizer assim: “Sente-se aqui para a gente conversar”; “Sente-se aqui para a gente dialogar”; “Sente-se aqui para eu te explicar”. Eu acho que o mínimo que se deveria ter é respeito: “Olha, senta aqui, servidor público, para eu te explicar o porquê de o projeto ser assim e assim”; “Deixa eu te ouvir, deixa eu ouvir a contraproposta”. O mínimo que se quer é respeito. Mas é uma grande ilusão esperar respeito de quem nunca teve. Nunca teve.

E aí, eu volto a ressaltar: já são 17 anos, e vamos caminhar aí para a continuidade. Agora é o quinto mandato consecutivo do PT, porque, de uma coisa nós não podemos dissociá-lo, é a continuidade da destruição. É só olhar... é só olhar a dura realidade em volta. Para qualquer canto que nós olharmos na Bahia, qualquer canto, qualquer região, é o abandono, é a fome, é a miséria, é a falta de oportunidade, é a alta taxa de desemprego, como eu acabei de citar aqui, é a educação que não existe, está no fundo do poço, e o próprio governador atual foi o secretário da Educação que também ajudou a destruí-la.

É lamentável o que a gente vem enfrentando na Bahia ao longo desses anos, o PT diz mentirosamente que vai cuidar de pessoas. Cuidar de quem? Só se for de si próprio, porque cuidar do povo de verdade é uma grande mentira. E a gente tem um exemplo aqui em Salvador. Eu estive, há poucos dias, no bairro de São Cristóvão, e há lá uma obra da Embasa que está há anos parada.

E aí, você vê, Alan, eles dizerem que gostam e que têm a intenção de trabalhar pelo povo mais pobre, trabalhar pelo povo da periferia, que vão melhorar a vida do povo preto. Eles gostam desse discurso, de dividir a sociedade, de separar homem e mulher, negro e branco, pobre versus rico. Eles gostam disso.

Está lá, eu estive lá no bairro de São Cristóvão, inundado, o povo não consegue andar na rua, tem que pisar no barro, a água até o joelho, o povo não tem direito de ter uma porta na sua casa, porque, se tiver uma porta normal, a água entra. Tem que ter um muro desse tamanho. Quando chove, tem que saltar o muro para entrar na casa em que já se perdeu tudo. E há lá uma obra da Embasa, do governo do estado. Não fazem! Não fazem. Então, vejam, isso realmente é lamentável.

Não precisamos ir muito longe, é só irmos ali na periferia, é só irmos à Região Metropolitana, onde eles dizem que estão trabalhando ou favorecendo os mais pobres. Mentira! Eles gostam de pisar no pobre. Eles gostam de usar a periferia. Eles gostam de maltratar o povo, enganar com propaganda. Só tem propaganda.

Aliás, vale aqui destacar que essas propagandas do governo do estado deveriam ser, inclusive, investigadas. Fica aqui até a minha proposição: tem que se investigar essas propagandas porque estão vendendo algo que não existe. Está lá: “Chegou chegando”. O quê? Onde? Como? Quem é que está sendo beneficiado? Quanto gastou? Não tem nada. É mentira. É lamentável.

A única coisa que tem de real nesse governo é o que nós vimos na semana passada, o desrespeito ao servidor, e, mais uma vez, nesta semana, jogando na conta do servidor o problema do Planserv, que o próprio PT criou. Então fica aqui o meu lamento sobre essa situação, e, claro, votarei contra esse absurdo.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a Polícia Penal, cuja criação foi aprovada aqui. Parabéns pela luta, vitória merecida, embora saibamos que esse desgoverno não tem o menor compromisso com a segurança pública. O resultado dessa vitória hoje nós podemos atribuir a esses guerreiros que, ao longo de muitos anos, lutaram, lutaram, lutaram para ter esse reconhecimento. Quero deixar registrado aqui os parabéns a esses que também são tão perseguidos por esse desgoverno, na questão da valorização dos seus salários, carreira, enfim.

Então essa é a mensagem que eu quero deixar aqui e o meu repúdio – repúdio! – a esse desgoverno Jerônimo que tanto maltrata o povo da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Leandro de Jesus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Hilton Coelho para a discussão no tempo regimental.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, subimos a esta tribuna para nos contrapor à aprovação desse projeto que, a nosso ver, é, de todo, um absurdo. Absurdo porque, primeiro, esta Casa aqui votou, infelizmente,

foi obrigada a votar, a posição enviada pelo Executivo do reajuste de pífios 4% para o conjunto dos servidores e servidoras públicas.

Foi algo traumático porque a expectativa era muito grande em relação ao que seria a correção de perdas inflacionárias de mais de 53%, e agora o governo, praticamente no mesmo pacote, envia esse projeto de reajuste do Planserv, que vai de 4% a 8%.

É um reajuste que, por sua vez, também está mergulhado numa situação de absoluta falta de transparência em relação ao Planserv. Eu quero frisar essa situação porque são meio milhão de vidas que estão no Planserv hoje, uma arrecadação mensal garantida, e ainda assim o plano funciona com dificuldades extremas. Daqui a pouco eu vou falar sobre isso, mas o conjunto das organizações e dos sindicatos não têm acesso ao que é o Planserv, não existe uma apresentação dos dados atuariais do Planserv para que as categorias possam se orientar, entender o que é o seu plano, o que é esse plano corporativo.

E não é falta de provocação. Todo o movimento social, as diversas categorias, as lideranças vêm falando sobre essa situação absurda, e nós propusemos também, aqui, nesta Casa, a criação da CPI do Planserv. No entanto, não obtivemos o número de assinaturas necessário para que pudéssemos olhar, como Parlamento, um plano que é tão importante para a Bahia porque abarca uma enormidade de servidores e servidoras públicas, um plano que deveria garantir a assistência à saúde desses servidores.

É nesse quadro que o governo toma a atitude que vai na contramão da transparência, a nosso ver, que é colocar um plano de saúde privado, ou seja, o Hapvida, para administrar o Planserv. Um plano privado que, inclusive, já sofre um conjunto de críticas pela sua baixa qualidade. Existem aquelas pessoas que fazem a avaliação, inclusive, de que os planos privados têm interesse na quebra do Planserv porque uma parte dos servidores com uma remuneração um pouco maior poderão vir a migrar para esses planos privados.

E, olha, é nesse contexto que o governo vai e coloca um plano privado tão questionável para administrar o Planserv. É algo que não se pode entender. Não bate com o discurso do governo, aqui nesta tribuna, de que o objetivo é o fortalecimento do Planserv, a preservação do que é um patrimônio para os servidores públicos. Então a privatização da administração do Planserv não pode significar um fortalecimento do plano, principalmente tendo como administrador um plano de saúde privado que já é tão questionado.

Bom, mas qual o quadro do Planserv? Primeiro, desassistência de maneira generalizada pelo estado da Bahia. As reclamações chovem! Chovem nos sindicatos, nas organizações e, com certeza, também nas redes sociais das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados. Eu acredito que não seja exclusivo do nosso mandato a quantidade enorme de reclamações que recebemos dos servidores e das servidoras públicas desesperados porque não há, de fato, uma assistência do Planserv no território da Bahia.

Em segundo, desassistência em Salvador. Existe uma dificuldade muito grande em relação a serviços que deveriam estar sendo prestados dentro da cidade de Salvador e Região Metropolitana. E, por fim, o plano não consegue cobrir diversas especificidades como o acompanhamento à população autista, àquelas pessoas que têm síndrome de Down, enfim, essas especificidades também não são cobertas pelo plano, o que leva, de maneira muito constante, à judicialização. Daqui a pouco eu vou entrar nesse capítulo aqui.

Nós temos um outro problema também que é o problema das cotas, que se subdivide em duas situações. Há as cotas individuais, ou seja, o servidor só pode ter acesso a determinado especialista por um número definido de vezes ao ano, ele não pode ter um conjunto de consultas, seja de médicos, seja de fisioterapeutas, os diversos profissionais da área de saúde necessários para a sua saúde. Ele precisa estar dentro daquele número individualizado de cotas.

Existe algo que me parece ainda mais agressivo, que são as cotas coletivas. Ou seja, a partir de determinado momento, no início do mês, se acabar a cota, acaba a possibilidade de o servidor ter acesso ao serviço. O que tem acontecido é que o plano tem servido como possibilidade de ser acessado pelos servidores e pelas servidoras até o dia 5 de cada mês. Depois desse dia, o plano se torna inviável e as pessoas só conseguem marcar as consultas se for 2, 3 meses depois, às vezes, consultas simples.

Isso tem levado servidores e servidoras a uma situação de desespero. E aí, eu venho para a situação das judicializações, porque, em situação de desespero, ainda que o plano seja dos servidores e servidoras, líder do Governo, Rosemberg, ainda que seja deles, a situação de desespero por não conseguir, por exemplo, um tratamento para o câncer, obviamente, vai levar o servidor e a sua família aos tribunais. Tudo para garantir que esse direito seja respeitado, assim como tantas outras situações que são emergenciais.

Então nós temos um plano que funciona... Se a partir do dia 5, se as pessoas, inclusive, tiverem um problema mais grave, descobrirem uma situação mais grave, tiverem algum sintoma mais grave, elas não vão conseguir assistência do plano.

Tudo isso nos levou a um conjunto de emendas. Fizemos a emenda relacionada à questão da desassistência no interior, nas cidades do interior, como foi relatado aqui pelo líder do Governo, que foi o relator do projeto, e relacionada aos problemas de desassistência também em Salvador e Região Metropolitana. Isso com a perspectiva de que, em 180 dias, essa rede, obrigatoriamente, tivesse que ser ampliada, tanto a rede do interior como a de Salvador e Região Metropolitana. Fizemos as emendas das inclusões em relação a um conjunto de especialidades também, como eu falei aqui de situações que não são respondidas pelo plano hoje, porque são específicas, e também da abolição, tanto das cotas individuais como das coletivas. Infelizmente, nenhuma dessas emendas foi acatada.

Então eu quero concluir dizendo isto: nós precisamos, sobretudo, de transparência no Planserv. Os servidores e servidoras não querem abrir mão do Planserv, mas eles querem que o plano tenha transparência para que eles entendam o que está acontecendo; que o plano seja saneado; que pare essa cortina de fumaça sobre

para onde está indo a contribuição dos servidores e servidoras. O governo tem a obrigação política e esta Casa, sobretudo, que é a grande fiscalizadora do Executivo, tem a obrigação política de cobrar essa transparência, a título de nós continuarmos pagando com vidas a negligência do poder público, seja do Executivo, seja desta Casa, que deveria estar fiscalizando com rigorosidade essa ação do Executivo.

Então, em função disso, somos absolutamente contrários ao reajuste, achamos que é um reajuste que não tem qualquer justificativa plausível. E queremos dizer para esta Casa que ela tem que cumprir a sua obrigação: votar contra o reajuste, votar pela transparência do Planserv e estabelecer, dessa forma, uma sintonia com a vontade do conjunto de servidores e das servidoras públicas da Bahia, que só clamam por dignidade na assistência à saúde em nosso estado, através do nosso Planserv.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O voto do Psol será contrário a esse PL.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há na mesa um requerimento.

(Lê) *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, nos termos do art. 89, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

Sala das Sessões...”

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que concordam com a prorrogação do tempo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, essa prorrogação só precisava ser a partir das 18 horas, concorda? Perfeito, está adiantando, V. Ex.^a preferiu adiantar. O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Adiantei porque ninguém sabe o que acontece no minuto seguinte, não é?

Uma vez terminada a discussão, em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.874/2023.

O Sr. Alan Sanches: Eu quero encaminhar o voto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, depois do debate que nós trouxemos na semana retrasada, na semana passada e hoje, tentando, de alguma forma, sensibilizar o governo do estado, o governo do estado, mais uma vez, com a sua maldade perversa, mantém esse reajuste de 4% até 8% para cada servidor. Dessa forma, a Bancada da Oposição não tem como votar de forma diferente a não ser votar contra esse projeto de aumento do Planserv. Somos contra o aumento do Planserv.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, o nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que concordam com...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu já tinha pedido, desde aquela hora, o quórum de votação. V. Ex.^a precisa apresentar que temos 32 deputados presentes para a votação. Pode abrir os 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Após V. Ex.^a já ter encaminhado a votação?

O Sr. Alan Sanches: Não. Está em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a já tinha encaminhado a votação.

O Sr. Alan Sanches: Eu encaminhei a votação. Mas, para que haja a votação, tem que ter deputados presentes.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, o nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu queria aproveitar para chamar todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes aqui, no Plenário. É um quórum de votação, precisamos de 32 deputados aqui para votar, não só esse projeto, mas os projetos de reestruturação da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Então eu queria pedir a todos os deputados e deputadas para, neste momento, se fazerem presentes no Plenário, para que a gente possa atender ao pedido de verificação de quórum de votação do deputado Alan Sanches. Zere o painel, presidente, e marque os 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. V. Ex.^a será atendido. Por favor, solicito aos nossos técnicos que zerem o painel e marquem o tempo de 25 minutos.

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, compareçam ao Plenário para marcar presença para que a gente possa ter o quórum de votação.

O Sr. Robinson Almeida: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do nobre deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, eu queria, aqui, reforçar o convite feito pelo líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, para que todos os deputados que estão nas dependências da Casa, em seus gabinetes, fazendo atendimento, possam comparecer ao Plenário para votarmos uma importante matéria de interesse público.

Como V. Ex.^a sabe, Sr. Presidente, o governador Jerônimo Rodrigues, em apenas 4 meses e 22 dias de trabalho, bate o recorde de investimentos públicos feitos por um governador: R\$ 2,3 bilhões de investimentos, metade desses recursos nas áreas de saúde, segurança e educação.

O governador mantém os investimentos, mas não descuida de valorizar o servidor público. Aumento linear para todos os servidores... Eu sei que os servidores querem, pedem e merecem um aumento maior, mas o governador tem de cuidar da pauta da sociedade baiana, fazer estradas, construir escolas, ampliar hospitais, manter o funcionamento dos serviços públicos.

O cobertor é curto, mas o governador tem de atender a todos, o que tem feito nesses meses iniciais do seu governo, tanto que é considerado o governador que “chegou chegando”, governador com prestígio no governo federal, atendido pelo presidente Lula. Três ministros estiveram aqui na sexta-feira: Saúde, Educação e Casa Civil. E a Bahia se posiciona estrategicamente para receber recursos do governo federal.

Eu também tenho que destacar, Sr. Presidente, a presença do presidente Lula no cenário internacional. O presidente Lula convidado pelo G7. Porque o ex-presidente da República, aquele que envergonhou a todos nós, aquele que fugiu do Brasil, aquele que nunca explicou os presentes e colares milionários recebidos dos países árabes, aquele que negligenciou a vacina, responsável por milhares, centenas de milhares de mortes no Brasil, aquele que propagou o ódio e aquele que vai entrar para a história como o único presidente derrotado na reeleição neste país, esse daí colocou a política internacional do Brasil subjugada aos interesses americanos. E o presidente Lula retomou a autonomia, a soberania do país, e o Brasil é respeitado como uma voz independente, como foi agora no G7.

O presidente Lula, que fortaleceu o Brics com a Rússia, com a Índia, com a China e com a África do Sul, hoje é ouvido em qualquer conferência mundial. A voz do Brasil, a posição do Brasil é respeitada.

E o presidente estava lá e falou sobre os conflitos internacionais. A posição, a busca pela paz incessante é como o presidente Lula tem liderado o nosso país. Um orgulho danado de ver um presidente respeitado, um presidente com audiência, um presidente querido pelos outros presidentes, que sepulta a vergonha a que nós nos submetíamos. Toda vez que tinha uma viagem internacional e que Bolsonaro saía do Brasil era para a gente passar vergonha.

E, hoje, Lula é um motivo de orgulho para todos nós, porque cuida do povo pobre, porque cuida do povo simples, porque retomou o Bolsa Família, porque retomou o Mais Médicos, porque retomou o Minha Casa Minha Vida, porque está fazendo com que a economia crie as condições de ser retomada em nosso país. Lula que enviou o projeto para fazer o novo equilíbrio fiscal; Lula que quer que o juro baixe para o nosso povo ter capacidade de comprar e rodar a economia. É esse presidente que é o orgulho...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Robinson Almeida: (...) do nosso país.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou aqui para reconhecer o papel desse grande líder, Luiz Inácio Lula da Silva, nessa quadra. E também esse início, essa largada vitoriosa do governador Jerônimo, colocando a Bahia no centro da discussão nacional, no centro das prioridades nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, há uma solicitação de verificação de quórum de votação. É essencial que cada deputado e deputada se faça presente no Plenário para que possamos votar uma matéria importante.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Alex da Piatã, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hilton Coelho. Se houvesse a presença com a Inteligência Artificial, muita gente aqui deveria estar registrada. Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leandro de Jesus, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga.

Restaurado o quórum... Ainda não?

Deixem registrar a presença.

Restaurado o quórum.

Solicito à parte técnica, por favor, que reabra o painel.

Agora, sim, em votação.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.874/2023, do Poder Executivo.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, com os votos contrários...

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, pela ordem. Queria deixar registrado aqui meu voto contrário a esse projeto absurdo, que prejudica o servidor, prejudica o povo baiano. Na verdade, mais uma vez, humilhando o servidor público do estado. Então deixo registrado o meu voto contrário a esse projeto.

Hilton Coelho: Presidente, quero que registre meu voto contrário também.

O Sr. Alan Sanches: Declaração de voto.

Dr. Diego Castro: Presidente, também encaminho meu voto contrário a esse projeto nefasto do governo estadual.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Os nossos profissionais da Taquigrafia irão registrar os votos contrários de quem levantar a mão, quem é contrário.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, para declarar o voto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Oh, ele não se absteve?

O Sr. Alan Sanches: Quem está presidindo aqui é o deputado Rosemberg ou V. Ex.^a?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Declaração de votos. Deixe ele declarar o voto.

O Sr. Alan Sanches: Eu não estou entendendo. A condução é do deputado Rosemberg ou do presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quem preside é o Regimento. Aqui, a ordem é regimental.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Graças a Deus! V. Ex.^a conduz esse Regimento com muita maestria, tenho certeza.

Mais uma vez, eu quero deixar claro aqui que a Oposição em momento algum concordou com esse projeto. É um projeto que é um atraso. Eu entendo que não tem como você dar uma contribuição, um reajuste de 4% linear, que não faz a recomposição da inflação do ano passado, e já aumenta a reposição! Ou seja, não dá um reajuste, aumenta a contribuição do servidor entre 4% e 8%. Então quero dizer que esse aumento linear do servidor não chegará nem a 4%, é 3,8%...

O Sr. Presidente (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou no meu tempo ainda, Sr. Presidente. E, com a sua tolerância, a Bancada da Oposição vota contra – mais uma vez declarando – esse projeto do Planserv.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Registrado o voto contrário.

Por maioria, aprovado o Projeto de Lei nº 24.874/2023, **em discussão única, com os votos contrários registrados pelos Deputados Leandro de Jesus, Hilton Coelho, Dr. Diego Castro e da Oposição (declaração de voto do Deputado Alan Sanches).**

PROJETO DE LEI Nº 24.874/2023

Altera a Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.528 de 22 de junho de 2005, passam a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 10** -.....

.....

II - contribuição dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das autarquias e

fundações instituídas sob o regime jurídico de direito público, em valor estabelecido nas respectivas propostas orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual, no percentual de 2,5% (dois e meio por cento), incidente sobre a base de cálculo definida no inciso II do art. 12 desta Lei;

III - contribuição das empresas públicas, sociedades de economia mista do Estado e fundações instituídas pelo Estado com personalidade jurídica de direito privado em valor correspondente ao percentual de 2,5% (dois e meio por cento), incidente sobre a base de cálculo definida no inciso III do art. 12 desta Lei;

.....” (NR)

Art. 2º - Os Anexos I, II e III da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 4º - Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 14 da Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, e o § 2º do art. 13 da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I			
TABELA DE CONTRIBUIÇÃO			
FAIXAS DE REMUNERAÇÃO	TITULARES (em R\$)	CÔNJUGES OU COMPANHEIROS (em R\$)	OUTROS DEPENDENTES (em R\$)
Até 350,00	28,12	14,06	6,19
350,01 a 450,00	38,94	19,47	8,57
450,01 a 550,00	49,75	24,88	10,95
550,01 a 650,00	54,84	27,42	12,06
650,01 a 750,00	64,68	32,34	14,23
750,01 a 850,00	74,52	37,26	16,40
850,01 a 950,00	84,36	42,18	18,56
950,01 a 1.050,00	94,21	47,10	20,72
1.050,01 a 1.150,00	104,05	52,02	22,89
1.150,01 a 1.250,00	113,89	56,95	25,06

1.250,01 a 1.350,00	123,74	61,87	27,22
1.350,01 a 1.450,00	133,58	66,79	29,39
1.450,01 a 1.550,00	143,42	71,71	31,55
1.550,01 a 1.650,00	153,26	76,63	33,71
1.650,01 a 1.750,00	163,11	81,55	35,89
1.750,01 a 1.850,00	172,95	86,47	38,05
1.850,01 a 1.950,00	182,79	91,40	40,21
1.950,01 a 2.050,00	192,63	96,32	42,38
2.050,01 a 2.150,00	202,48	101,24	44,54
2.150,01 a 2.250,00	212,32	106,16	46,71
2.250,01 a 2.350,00	222,16	111,08	48,88
2.350,01 a 2.450,00	232,00	116,00	51,04
2.450,01 a 2.550,00	241,85	120,92	53,20
2.550,01 a 2.650,00	251,69	125,84	55,37
2.650,01 a 2.750,00	261,53	130,77	57,54
2.750,01 a 2.850,00	271,37	135,69	59,70
2.850,01 a 2.950,00	281,22	140,61	61,87
2.950,01 a 3.050,00	291,06	145,53	64,03
3.050,01 a 3.150,00	300,90	150,45	66,19
3.150,01 a 3.250,00	310,74	155,37	68,37
3.250,01 a 3.750,00	320,59	160,29	70,53
3.750,01 a 4.250,00	330,43	165,21	72,69
4.250,01 a 4.750,00	340,27	170,14	74,86
4.750,01 a 5.250,00	350,11	175,06	77,02
5.250,01 a 5.750,00	359,96	179,98	79,19
5.750,01 a 6.250,00	369,80	184,90	81,36
6.250,01 a 6.750,00	379,64	189,82	83,52
6.750,01 a 7.250,00	389,48	194,74	85,68
7.250,01 a 7.750,00	399,33	199,66	87,85
7.750,01 a 8.250,00	409,17	204,58	90,02
8.250,01 a 8.750,00	419,01	209,51	92,18
8.750,01 a 9.250,00	428,85	214,43	94,35
9.250,01 a 9.750,00	438,70	219,35	96,51

9.750,01 a 10.250,00	465,79	232,90	102,47
10.250,01 a 10.750,00	476,01	238,01	104,73
10.750,01 a 11.250,00	486,23	234,11	103,01
11.250,01 a 11.750,00	496,45	248,23	109,22
11.750,01 a 12.250,00	506,68	253,34	111,47
12.250,01 a 12.750,00	516,90	258,45	113,71
12.750,01 a 13.250,00	527,12	263,56	115,97
13.250,01 a 13.750,00	537,34	268,67	118,22
13.750,01 a 14.250,00	547,56	273,78	120,46
14.250,01 a 14.750,00	557,78	278,89	122,71
14.750,01 a 15.250,00	568,00	284,00	124,96
15.250,01 a 15.750,00	578,22	289,11	127,21
15.750,01 a 16.250,00	588,44	294,22	129,46
16.250,01 a 16.750,00	598,67	299,33	131,71
16.750,01 a 17.250,00	608,89	304,44	133,95
17.250,01 a 17.750,00	619,11	309,55	136,20
17.750,01 a 18.250,00	629,33	314,66	138,46
18.250,01 a 18.750,00	639,55	319,78	140,70
18.750,01 a 19.250,00	649,77	324,89	142,95
19.250,01 a 19.750,00	659,99	330,00	145,20
19.750,01 a 20.250,00	670,21	335,11	147,44
20.250,01 a 20.750,00	680,43	340,22	149,70
20.750,01 a 21.250,00	690,66	345,33	151,95
21.250,01 a 21.750,00	700,88	350,44	154,19
21.750,01 a 22.250,00	711,10	355,55	156,44
22.250,01 ou mais	721,32	360,66	158,69

ANEXO II	
TABELA DE CONTRIBUIÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS TITULARES DE QUE TRATA O INCISO X DO ART. 4º E AGREGADOS	
Faixa Etária	Valor da Contribuição (em R\$)
até 24 anos	75,91
de 25 a 29 anos	102,75
de 30 a 39 anos	139,08
de 40 a 49 anos	188,28
de 50 a 59 anos	254,88
a partir de 60 anos	345,03

ANEXO III	
TABELA DE CONTRIBUIÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 10-A	
Faixa Etária	Parcela Mensal R\$
0 a 24 anos	89,74
25 a 29 anos	144,69
30 a 39 anos	183,24
40 a 49 anos	208,35
50 a 59 anos	287,12
a partir de 60 anos	588,39

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O próximo projeto é o Projeto de Lei nº 24.875/2023, do Poder Executivo. Eu convido a deputada Soane Galvão para relatar o presente projeto. Eu lembro que esse projeto tem o acordo da Maioria e da Minoria.

O Projeto de Lei que “*Institui Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições do Escrivão de Polícia Civil e Investigador de Polícia Civil, na forma que indica.*”.

Por favor, deputada.

A Sr.ª SOANE GALVÃO: Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente, colegas deputadas e deputados.

(Lê) “**PARECER**

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento,

Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.875/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições do Escrivão de Polícia Civil e Investigador de Polícia Civil, na forma que indica.’

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a instituir a Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições do Escrivão de Polícia Civil e Investigador de Polícia Civil, ‘quando exercerem cumulativamente as atribuições dos seus cargos em unidade da Polícia Civil diversa da qual têm exercício habitual,’ conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que ‘a concessão da Gratificação prevista no presente Projeto de Lei produzirá acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2023 no valor estimado de R\$ 6.767.770,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta reais) e, para os anos de 2024 e 2025, o acréscimo de despesa será de R\$10.151.655,00 (dez milhões, cento e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais)’.

Trata-se de medida de relevante interesse público, porquanto virá beneficiar estas importantes categorias de servidores. O projeto não recebeu emendas, e considerando que encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023.”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigada, nobre deputada Soane Galvão.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Vai botar em discussão?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão!

O Sr. Alan Sanches: Queria só aproveitar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem.

O Sr. Alan Sanches: Não vou entrar na discussão do projeto, mas eu queria só fazer um adendo. O que nós encontramos sempre é que... Nem sempre a Oposição vai votar contra, mas é um projeto que poderia ser melhor trabalhado, discutido com as categorias, que não foram ouvidas. Neste momento, a gente sabe e entende que nem sempre tudo é possível, mas o que eu espero do líder do Governo é que possa continuar, como outros projetos que foram votados aqui na semana passada, aberto à mesa de negociação com os servidores, principalmente com os servidores da segurança pública, que precisam ser ouvidos, e contribuir com esse projeto e com outros.

E a gente vai encaminhar também pela aprovação desse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto.

Em discussão, no âmbito do Plenário.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade o **Projeto de Lei nº 24.875/2023, em discussão única.**

PROJETO DE LEI Nº 24.875/2023

Institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições do Escrivão de Polícia Civil e Investigador de Polícia Civil, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída, na forma desta Lei, a Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições, que será devida aos Escrivães de Polícia Civil e aos Investigadores de Polícia Civil que venham a exercer cumulativamente as atribuições dos seus cargos em unidade da Polícia Civil diversa da qual têm exercício habitual.

Art. 2º - O exercício cumulativo de atribuições de Escrivão de Polícia Civil e de Investigador de Polícia Civil só poderá ocorrer nas hipóteses de afastamento por período igual ou superior a 30 (trinta) dias ou inexistência de servidores da mesma carreira em exercício habitual na unidade.

Art. 3º - A designação do Escrivão de Polícia Civil e do Investigador de Polícia Civil para exercer cumulativamente as atribuições do seu cargo em unidade da Polícia Civil diversa da qual tem exercício habitual é ato de competência privativa do(a) Delegado(a)-Geral da Polícia Civil.

§ 1º - A designação para exercício cumulativo de atribuições terá duração mínima de 30 (trinta) dias e máxima de 01 (um) ano.

§ 2º - A designação de que trata o § 1º deste artigo poderá ser prorrogada, em caráter excepcional, por ato motivado do(a) Delegado(a)-Geral da Polícia Civil, sempre que a manutenção do exercício cumulativo se mostrar imprescindível à prestação do serviço.

Art. 4º - É vedada a designação para exercício cumulativo de atribuições:

I - em mais de 02 (duas) unidades da Polícia Civil;

II - entre unidades da Polícia Civil com mais de 200 (duzentos) quilômetros de distância;

III - entre unidades da Polícia Civil do interior e da Capital.

Art. 5º - Os Escrivães de Polícia Civil e os Investigadores de Polícia Civil que forem designados para exercer cumulativamente suas atribuições deverão:

I - apresentar programação de escala de trabalho a ser exercido na unidade para a qual for designado, a ser submetida ao(a) Delegado(a)-Geral de Polícia Civil, não podendo a frequência ser inferior a 02 (duas) vezes na semana;

II - apresentar mensalmente, além dos relatórios relativos às atividades cartorárias normais, informações detalhadas dos trabalhos extraordinários realizados.

Art. 6º - A designação para exercício cumulativo de atribuições de que trata esta Lei não importará na redução das atividades desempenhadas pelo Escrivão de Polícia Civil e pelo Investigador de Polícia Civil na unidade onde tem exercício habitual.

Art. 7º - A Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições será paga mensalmente e incidirá sobre o vencimento básico correspondente ao cargo e a classe do Escrivão de Polícia Civil e Investigador de Polícia Civil, observados os seguintes percentuais:

I - 70% (setenta por cento) pelo exercício cumulativo de atribuições em unidade sediada em Município distante até 50 (cinquenta) quilômetros, por rodovia, da unidade onde o servidor tem exercício habitual;

II - 80% (oitenta por cento) pelo exercício cumulativo de atribuições em unidade sediada em Município distante além de 50 (cinquenta) quilômetros, por rodovia, da unidade onde o servidor tem exercício habitual.

Parágrafo único - A Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições será calculada de forma proporcional ao período da acumulação.

Art. 8º - A Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto para os cálculos da gratificação natalina e da remuneração de férias.

Art. 9º - As situações não contempladas nesta Lei serão apreciadas pelo Conselho Superior da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Art. 10 - O Poder Executivo fica autorizado a editar os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo encaminhamento.

(Lê) “**REQUERIMENTO**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, inciso II, do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 24.868/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública (SSP), e dá outras providências.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto.”

Em votação.

O Sr. Alan Sanches: A Oposição quer encaminhar o voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não cabe discussão.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, com os votos contrários da Oposição.

O Sr. Alan Sanches: Diego, Leandro e Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo requerimento.

(Lê) “Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia....”

O Sr. Alan Sanches: Presidente, eu pensei que só haveria um requerimento. São dois requerimentos?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São dois requerimentos.

O Sr. Alan Sanches: O primeiro projeto, qual foi?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O primeiro foi o Projeto de Lei nº 24.868/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura de cargos...

O Sr. Alan Sanches: É a segurança pública. É isso?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É o da segurança pública.

O Sr. Alan Sanches: E o outro?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O outro é o Projeto de Lei nº 24.876/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.370...

O Sr. Alan Sanches: Da Polícia Civil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) de 4 de fevereiro de 2009, e dá outras providências.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): É o da Polícia Civil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O.k.?

O Sr. Alan Sanches: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 24.876/2023, feito pelo líder.

Sr. Alan Sanches: Contrário também. Contrário à urgência do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado pela maioria, com os votos contrários...

O Sr. Alan Sanches: Registre os votos contrários dos deputados Alan Sanches, Diego Castro e Leandro de Jesus.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Registro os votos contrários dos deputados Alan Sanches, Diego Castro e Leandro de Jesus.

Aprovado, portanto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Ivana Bastos, Luciano Simões Filho e Tiago Correia. (08)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.